

Aula 15

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Lei 11343_2006 - Lei de Drogas	3
2) Aposta Estratégica - Lei 11343_2006 - Lei de Drogas	19
3) Questões Estratégicas - Lei n 11.3432006 - Lei de Drogas - MULT	21
4) Questionário de Revisão - Lei 11343_2006 - Lei de Drogas	39
5) Lista de Questões- Lei n 11.3432006 - Lei de Drogas - MULT	44



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

No estudo da **Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas)**, vamos focar nos artigos referentes aos aspectos penais e processuais penais, principalmente as partes relacionadas aos crimes e às penas, que são maior objeto de cobrança em provas. Todavia, para se garantir na prova, convém uma leitura atenta de toda a lei, realizando as marcações e os devidos comentários.

Vamos nessa!

Lei n. 11.343/2006 – Lei de Drogas

A Lei nº 11.343/2006 institui o **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad)**, prescreve medidas para **prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes** de drogas, e estabelece normas para **repressão à produção não autorizada e ao tráfico**. Está em conformidade com os **arts. 5º, XLIII, e 6º, §1º**, da Constituição Federal de 1988.

1. Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas

Segundo o **art. 1º**, o Sisnad tem por objetivo articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas à prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além da repressão à produção e ao tráfico.

*Art. 1º Esta Lei institui o **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.*

*Parágrafo único. Para fins desta Lei, **consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.***

O parágrafo único do art. 1º define como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência especificados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Assim, as substâncias sujeitas a controles especiais estão descritas na **Portaria 344/98 da Anvisa**. A Anvisa atualiza periodicamente o anexo da Portaria, com as inclusões/alterações nas substâncias controladas. Dessa forma, **só é considerada droga se a substância/produto estiver nesta lista**. Ok?



*Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, **ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar**, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de **plantas de uso estritamente ritualístico-religioso**.*

*Parágrafo único. Pode a **União autorizar o plantio, a cultura e a colheita** dos vegetais referidos no caput deste artigo, **exclusivamente para fins medicinais ou científicos**, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.*

Veja que o art. 2º traz exceções a respeito do plantio/utilização de drogas:



2. Finalidade, princípios e objetivos do Sisnad

Os artigos 3º a 5º da Lei nº 11.343/2006 disciplinam a finalidade, os princípios e os objetivos do **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad)**, instituído como ferramenta essencial para o enfrentamento do problema das drogas.

O **Sisnad** tem como **finalidade** articular, integrar, organizar e coordenar as **atividades de prevenção ao uso indevido, de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas**, bem como as ações de **repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas** (art. 3º).



O sistema é composto por um **conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos**, abrangendo políticas públicas, planos, programas e projetos sobre drogas em nível federal, estadual, distrital e municipal. Além disso, atua de forma **articulada com o SUS** (Sistema Único de Saúde) e com o **SUAS** (Sistema Único de Assistência Social), conforme disposto no §2º do art. 3º.

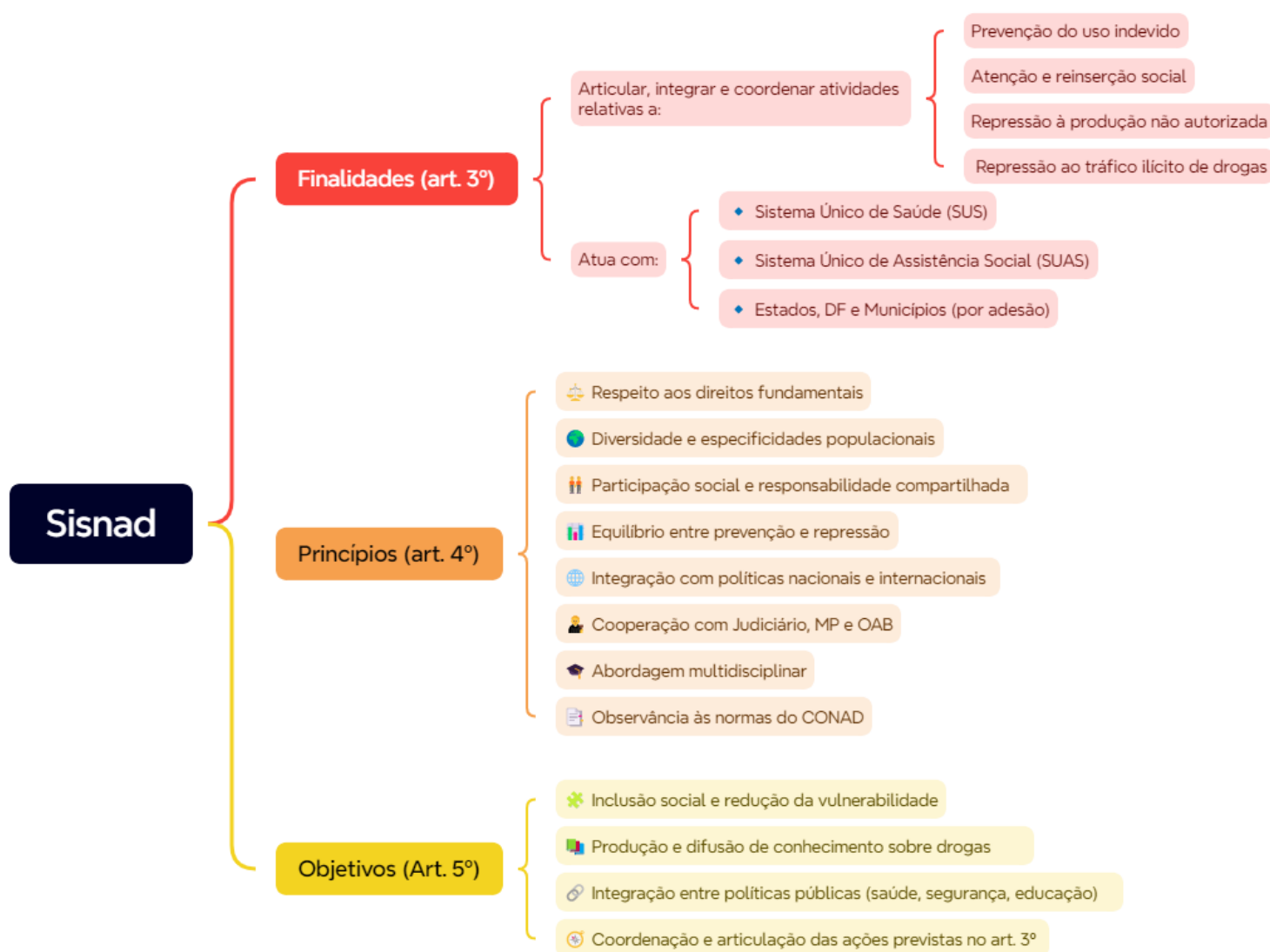
O funcionamento do Sisnad se orienta por diversos **princípios fundamentais** (art. 4º), entre os quais se destacam:

- O **respeito aos direitos fundamentais**, especialmente à **autonomia e liberdade** da pessoa humana;
- A **valorização da diversidade** e das especificidades populacionais;
- A **participação social ampla** na formulação de estratégias;
- A **responsabilidade compartilhada** entre o Estado e a sociedade;
- A **abordagem intersetorial e multidisciplinar**, que reconhece a relação entre fatores sociais, econômicos e culturais com o uso de drogas;
- O **equilíbrio entre prevenção, atenção e repressão**;
- A **integração nacional e internacional** das políticas antidrogas;
- A **observância das diretrizes do Conselho Nacional Antidrogas (Conad)**.

O Sisnad busca alcançar **objetivos** (art. 5º) para uma política eficaz sobre drogas:

- **Incluir socialmente o cidadão**, tornando-o menos vulnerável a comportamentos de risco;
- **Promover o conhecimento científico e empírico** sobre drogas no Brasil;
- **Integrar ações de prevenção, repressão e reinserção social** com as demais políticas públicas (saúde, segurança, educação etc.);
- **Garantir a articulação e a coordenação das ações previstas no art. 3º**, fortalecendo a cooperação entre entes federativos e instituições.





3. Crimes na Lei de Drogas

Vamos agora entrar no principal e mais importante assunto da Lei de Drogas, que trata da tipificação penal do usuário de drogas e do traficante.

Porte de drogas para uso pessoal (art. 28)

Antes de mais nada, é importante saber de importante decisão do STF no julgamento do **RE 635.659/SP**. Confira trecho da decisão:



JURISPRUDÊNCIA

➤ **RE 635.659/SP:** "O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, apreciando o Tema 506 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, para i) declarar a inconstitucionalidade, sem redução de texto, do art. 28 da Lei 11.343/2006, de modo a **afastar do referido dispositivo todo e qualquer efeito de natureza penal**, ficando mantidas, no que couber, até o advento de legislação específica, as medidas ali previstas"

O art. 28 traz a figura da conduta de **posse de drogas para consumo pessoal**. Devido a importância do art. 28, vamos reproduzi-lo na íntegra, com as considerações do **RE 635.659/SP**:

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor. (Vide RE 635659)

*Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, **para consumo pessoal**, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas **sanções administrativas**:*

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

~~II - prestação de serviços à comunidade;~~ (RE 635.659/SP)

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses. (RE 635.659/SP)

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses. (RE 635.659/SP)

~~§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas. (RE 635.659/SP)~~



§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a: (RE 635.659/SP)

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Em **resumo**, o que podemos tirar dessa interpretação do STF?

- as condutas do art. 28 não mais são consideradas crimes, mas apenas infrações administrativas;
- não há mais a penalidade (de pena privativa de liberdade) para aquele que portar drogas para consumo próprio. Entretanto, o STF ainda admite os demais tipos de penalidades previstos no art. 28.

Continuando, conforme visto, o **art. 28** trata do **usuário**, aquele que guarda, traz consigo, cultiva para consumo pessoal, semeia ou transporta drogas. Suas **penas** são alternativas: **advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e frequência a programa educativo.**

Para se definir o que é consumo próprio, o § 2º do art. 28 exige do juiz a análise de fatores como: natureza e quantidade da substância, local e condições da ação, circunstâncias sociais e pessoais, e antecedentes do agente.

Tráfico de drogas (art. 33)

Já o **art. 33** define o **tráfico de drogas**, criminalizando condutas como importar, exportar, remeter, preparar, produzir, vender, oferecer, ter em depósito, transportar ou trazer consigo drogas sem autorização legal. Trata-se de **crime hediondo**, com **pena de 5 a 15 anos de reclusão**, e multa.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:



I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

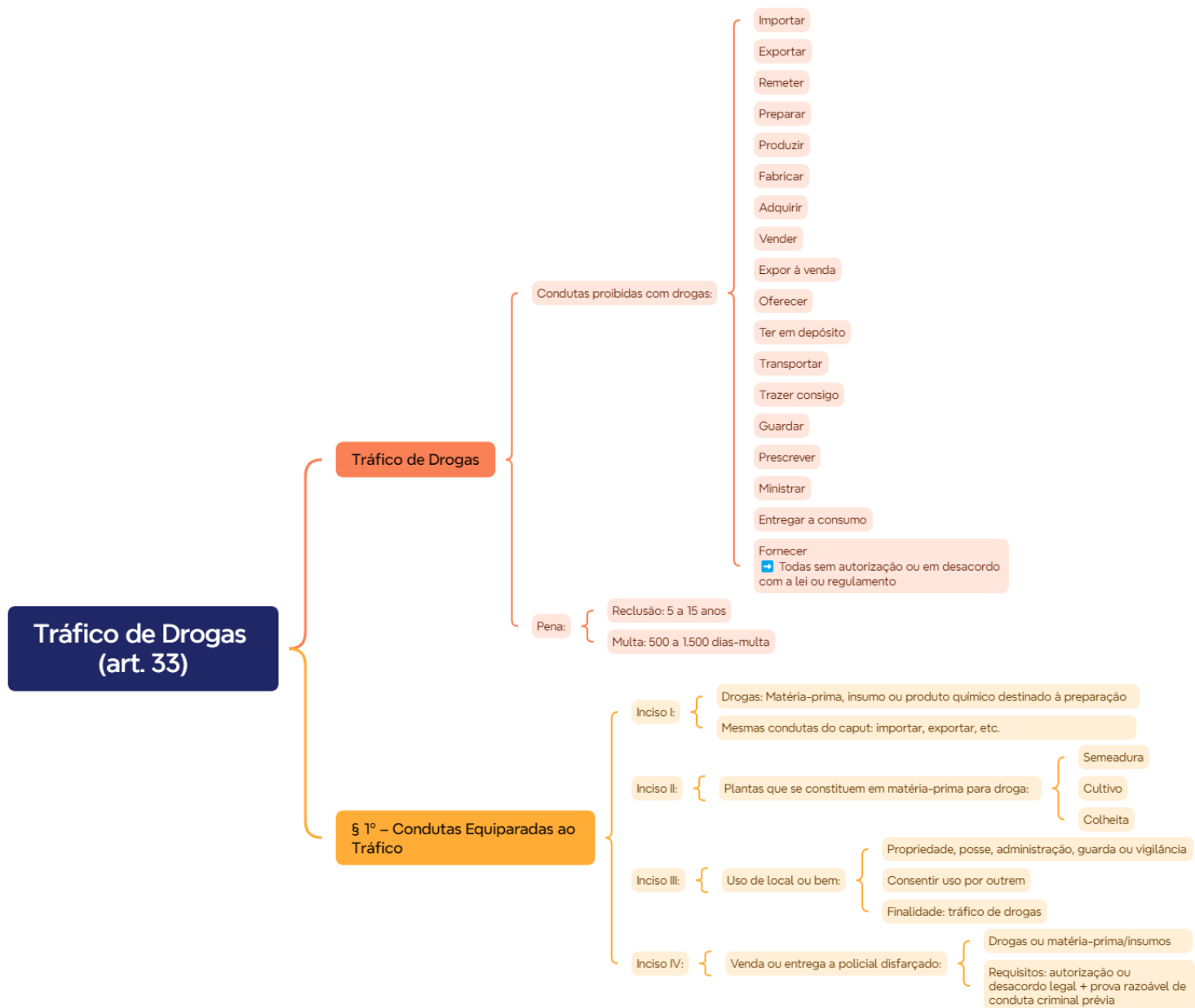
III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

*IV - vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a **agente policial disfarçado**, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente.*

Além disso, o §1º traz os crimes que são **equiparados** ao tráfico de drogas. Atenção para o inc. IV, que trata da **venda de drogas a agente policial disfarçado**, pois é novidade da lei.

Devido à grande incidência em provas, vamos ver todas essas condutas em formato de mapa-mental:





Lembrando que o **princípio da insignificância** é **inaplicável** para o crime de tráfico de drogas.



JURISPRUDÊNCIA

⇒ **STF:** Não cabe a aplicação do princípio da insignificância para o crime de tráfico de drogas.



Induzimento ou auxílio ao uso de drogas (art. 33, § 2º)

A conduta de induzir, instigar ou auxiliar alguém a usar drogas é tipificada na lei. Lembrando que se o agente fornecer a droga, poderá estar cometendo o crime de tráfico de drogas.

Art. 33. (...)

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

Uso compartilhado de drogas (art. 33, § 3º)

Neste caso, aquele que oferece droga para alguém de seu relacionamento, comete o crime previsto no art. 33, §3º, desde que seja de maneira eventual e sem objetivo de lucro.

Art. 33. (...)

*§ 3º Oferecer droga, **eventualmente e sem objetivo de lucro**, a pessoa de seu relacionamento, para **juntos a consumirem**:*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

Tráfico Privilegiado (art. 33, § 4º)

O § 4º do art. 33 da Lei de Drogas estabelece uma **causa de diminuição de pena** para o agente que, embora incorrido na conduta típica do tráfico, não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa, além de possuir bons antecedentes e seja primário.

Art. 33. (...)

*§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser **reduzidas de um sexto a dois terços**, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.*

Petrechos para o tráfico (art. 34)

O art. 34 da Lei de Drogas tipifica condutas relacionadas à produção ou fabricação ilícita de drogas:

*Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou **qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção***



ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Esse dispositivo **complementa o art. 33**, pois busca atingir os agentes que atuam **na cadeia produtiva da droga**, mesmo sem praticar diretamente o tráfico.

Associação para o Tráfico (art. 35)

*Art. 35. **Associarem-se duas ou mais pessoas** para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:*

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Diferencia-se do crime de associação criminosa (art. 288 do CP) por ser uma forma **especial e mais gravosa**, voltada especificamente ao tráfico.

Confira duas teses importantes do **Superior Tribunal de Justiça** a respeito deste crime:



JURISPRUDÊNCIA - STJ

✍ Para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35) é **imprescindível** o dolo de se associar com **estabilidade e permanência**. A reunião **ocasional** de duas ou mais pessoas não é suficiente para a configuração do crime em comento;

✍ Para a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35), é **irrelevante** apreensão de drogas na posse direta do agente.

Financiamento ou Custeio de Tráfico (art. 36)



*Art. 36. **Financiar** ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:*

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Este tipo penal visa atingir os **agentes financeiros** do tráfico, aqueles que, mesmo sem contato direto com a droga, **investem recursos e viabilizam a prática criminosa**.

Informante do Tráfico (art. 37)

*Art. 37. Colaborar, como **informante**, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:*

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Prescrição/ministração culposa de drogas (art. 38)

A lei **não criminaliza o uso medicinal de drogas prescritas legalmente**, mas pune o profissional de **saúde** que o faz sem que o paciente necessite, ou em doses excessivas.

Este é o **único crime culposo** da Lei de Drogas. Além disso, é **crime próprio**, pois apenas o profissional de saúde poderá cometê-lo.

*Art. 38. Prescrever ou ministrar, **culposamente**, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Condução de aeronave ou embarcação sob influência de drogas (art. 39)

*Art. 39. Conduzir **embarcação** ou **aeronave** após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.



*Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de **transporte coletivo de passageiros**.*

A respeito desse crime, o que você deve ter atenção é que o artigo **não prevê** a condução de **veículo automotor**, mas apenas embarcação ou aeronave. No caso de conduzir veículo automotor após o consumo de drogas, a conduta está prevista no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Além disso, se o agente estiver sob a influência de **álcool**, **não** configura o crime do art. 39, visto que esta substância (álcool) **não está prevista** na Portaria MS/SVS n. 344/1998 da Anvisa.

4. Disposições gerais

Causas de aumento de pena (art. 40)

O artigo 40 prevê hipóteses em que a pena será aumentada de **1/6 a 2/3** se o tráfico de drogas envolver certas circunstâncias, como:

*Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são **aumentadas de um sexto a dois terços**, se:*

I - a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II - o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;

VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.

Muita atenção às causas de aumento de pena, pois costumam ser bastante exigidas nas questões. Dessa forma, no tópico **Aposta Estratégica**, montamos uma tabela para facilitar a memorização.



Causa de diminuição de pena (colaboração premiada) (art. 41)

O art. 41 estabelece como causa de **diminuição de pena** (de 1/3 a 2/3) a **colaboração voluntária com a investigação**, desde que resulte na:

- Identificação dos coautores,
- Localização de bens, produtos ou valores obtidos com a prática criminosa.

*Art. 41. O indiciado ou acusado que **colaborar voluntariamente** com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá **pena reduzida de um terço a dois terços**.*

Individualização da pena (art. 42)

O art. 42 traz regras específicas sobre a fixação da pena pelo juiz, inclusive com preponderância sobre as regras gerais previstas no Código Penal.

*Art. 42. O juiz, na **fixação das penas**, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.*

Então, na fixação da pena, o juiz deverá considerar:

- Natureza e quantidade da droga;
- Personalidade do agente
- Conduta social do agente.

Rito sumaríssimo (art. 48)

O **artigo 48** da Lei nº 11.343/2006 define o rito aplicável aos crimes de drogas, especialmente diferenciando a conduta de **porte para consumo pessoal** (art. 28) do **tráfico de drogas** (art. 33). Nesses casos, não se aplica pena privativa de liberdade, sendo previstas sanções como advertência, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a curso educativo.

Art. 48. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.



§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28, salvo se houver concurso com os crimes dos arts. 33 a 37, será processado e julgado conforme os arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099/1995.

Ou seja, nos casos de **porte para consumo próprio**, adota-se o **rito sumaríssimo**, previsto na Lei dos Juizados Especiais Criminais, com audiência preliminar, possibilidade de **transação penal** e **suspensão condicional do processo**, desde que preenchidos os requisitos legais (arts. 76 e 89 da Lei nº 9.099/1995).

Não se imporá prisão em flagrante para a conduta do art. 28. Será lavrado **termo circunstanciado**, e o autor **compromete-se a comparecer ao juízo** competente.

Na ausência da autoridade judicial, a própria **autoridade policial** tomará as providências cabíveis, sendo **vedada a detenção do agente**.

Após os procedimentos, o autor do fato **poderá requerer exame de corpo de delito** e será **imediatamente liberado**.

§ 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente. (Vide ADIN 3807)

§ 4º Concluídos os procedimentos de que trata o § 2º deste artigo, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado.

Rito especial (art. 50)

O artigo 50 trata do procedimento especial para os crimes **mais graves**, como o tráfico de drogas.

*Art. 50. Ocorrendo **prisão em flagrante**, a autoridade de polícia judiciária fará, **imediatamente, comunicação ao juiz competente**, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do **Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas**.*

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.



§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

§ 3º Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 10 (dez) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo

§ 4º A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

§ 5º O local será vistoriado antes e depois de efetivada a destruição das drogas referida no § 3º, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se neste a destruição total delas.

§ 3º Se ausente a autoridade judicial, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente. (Vide ADIN 3807)

§ 4º A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

§ 5º O local será vistoriado antes e depois de efetivada a destruição das drogas referida no § 3º, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se neste a destruição total delas.

Ocorrendo **prisão em flagrante**, a autoridade policial **comunicará imediatamente ao juiz competente**, enviando cópia do auto ao **Ministério Público em 24 horas**.

Para a lavratura do flagrante, **basta o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga**, assinado por **perito oficial** ou, na sua falta, **pessoa idônea**.

O perito que elaborou esse laudo **pode participar do laudo definitivo**, o que evita nulidades.

O juiz, em **10 dias**, certificará a **regularidade formal** do laudo e **ordenará a destruição da droga**, **guardando-se amostra** para contraprova.

A destruição será feita pelo delegado, com **vistorias antes e depois**, na **presença do MP e autoridade sanitária**, e lavratura de auto circunstanciado.

Procedimentos investigativos especiais (art. 53)

O artigo 53 trata dos **instrumentos de investigação avançada**, importantes no combate às **organizações criminosas de tráfico**.



*Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes **procedimentos investigatórios**:*

*I - a **infiltração por agentes de polícia**, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;*

*II - a **não-atuação policial sobre os portadores de drogas**, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

A **infiltração de agentes policiais** é possível para **tarefas de investigação**, em qualquer fase da persecução criminal, desde que haja autorização judicial e ouvido o Ministério Público.

A **não atuação policial sobre portadores de drogas** pode ser admitida para **identificar e responsabilizar mais integrantes da organização criminosa**. Essa autorização exige o conhecimento do itinerário provável e a identificação prévia dos agentes ou colaboradores.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



As **causas de aumento** e **diminuição** da pena previstas na **Lei n. 11.343/2006** costumam causar confusão nos candidatos. Diante disso, veja a tabela abaixo, para ajudar no entendimento do assunto:

Tipo	Hipóteses
Causas de aumento (art. 40) Pena aumentada de 1/6 a 2/3 (aplica-se aos arts. 33 a 37)	I - Transnacionalidade do delito(substância/procedência/circunstância).
	II - Prática com abuso de função pública ou missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.
	III - Cometido nas imediações de locais sensíveis (prisões, escolas, hospitais etc.).
	IV - Com violência, grave ameaça, arma de fogo ou intimidação coletiva.
	V - Tráfico interestadual ou entre estados e o DF.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Tipo	Hipóteses
	VI - Envolvimento de criança, adolescente ou pessoa com capacidade diminuída.
	VII - Financiamento ou custeio do crime.
Causa de Diminuição (art. 41) Pena reduzida de 1/3 a 2/3	Colaboração voluntária na investigação ou processo criminal, com: - Identificação de coautores ou partícipes; - Recuperação total ou parcial do produto do crime.



QUESTÕES COMENTADAS



1. Instituto Consulplan - 2024 - DPE-PR - Analista da Defensoria Pública - Direito. Sobre a disciplina jurídica dos casos previstos na Lei nº 11.343/2006, que “institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas [...]; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes”, assinale a afirmativa correta.

A) Ao autor do fato que, conduzido à Delegacia de Polícia detido na posse de droga ilícita para consumo próprio, não assumir o compromisso de comparecer ao Juizado Especial, será imposta a prisão em flagrante e lavrado o respectivo auto, salvo se pagar fiança ou comprovar a impossibilidade de pagamento pela pobreza.

B) Ao defensor público compete acompanhar a incineração das drogas apreendidas, sem a ocorrência de prisão em flagrante, executada pelo delegado de polícia, na presença do Ministério Público e do Juiz de Direito com competência para o julgamento dos crimes previstos na “Lei de Drogas”, devendo opor-se à destruição caso não confeccionado o laudo pericial definitivo.

C) A “fundada suspeita” que autoriza busca pessoal para apreensão de droga ilícita é definida no exercício regular do poder de polícia administrativa (presunção de legitimidade dos atos administrativos), sendo que, havendo a efetiva apreensão da droga em poder da pessoa revistada, todas as provas daí decorrentes ficam automaticamente convalidadas, sem espaço para valoração judicial da prova ou de sua legitimidade.

D) Em qualquer fase da persecução de crimes previstos na “Lei de Drogas”, o juiz pode autorizar, ouvido o Ministério Público, a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico, desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.



Comentário:

A) Errado. Apesar do texto legal falar que importará em prisão em flagrante, caso o agente não assuma o compromisso de ao juizado comparecer, a doutrina e a jurisprudência é no sentido de que não cabe qualquer privação cautelar de liberdade, pelo crime do art. 28 - uso e porte pessoal - já que sequer existe sanção penal privativa de liberdade para o crime *in comento*.

B) Errado. A incineração, quando a droga é apreendida sem flagrante delito, será feita imediatamente pelo delegado de polícia, que deverá recolher parte da droga para envio à perícia, no prazo de 30 dias contados da apreensão. Já no caso de apreensão ocorrer por meio de flagrante delito, deverá ser feita em até 15 dias, após o laudo de constatação ser certificado pelo juiz, que o fará no prazo de 10 dias a contar do recebimento da cópia do APF, na presença do MP e autoridade sanitária.

C) Errado. A alternativa é confusa em demasia. Ela quer que o candidato vá "seco" na sua marcação, na iminência de que independente da prova colhida, qualquer ato posterior é legítimo para não ser futuramente nulo. Entretanto, devemos levar em conta que apenas autoridades que possuam o poder de polícia no art. 144 podem executar a busca pessoal, quando fundada a suspeita que portem consigo documentos, armas ou objetos de crimes. Sendo assim, inferir que qualquer autoridade com poder de polícia administrativa é capaz de realizar a busca pessoal, é extremamente equivocado, e que, se realizada, a prova deverá ser nula, assim como as derivadas dela.

D) Certo. Conforme a literalidade do art. 53 e seguintes:

Art. 53. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I - a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

II - a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, a autorização será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.



Gabarito: D

2. FGV - 2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Especialidade - Área Judiciária. Caio e João, maiores e capazes, transportaram dez quilos de cocaína do Município XYZ para o Município ABC, no âmbito do Estado Alfa. Durante o desembarque do material entorpecente, os agentes foram abordados e capturados em flagrante por policiais militares. Após serem informados de todos os direitos constitucionais e legais a que fazem jus e na presença da defesa técnica, Caio e João confessaram que são membros, há dois anos, de uma associação para o tráfico e que, de fato, estavam transportando as drogas no momento da abordagem pelos agentes da lei.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, Caio e João responderão pela prática dos crimes de:

- A) tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico, ambos com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos;
- B) tráfico de drogas privilegiado, com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos, e associação para o tráfico;
- C) tráfico de drogas, com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos, e associação para o tráfico;
- D) tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico, sem majorantes;
- E) tráfico de drogas e associação para o tráfico, sem majorantes.

Comentário:

Trata-se da conduta prevista no art. 33, caput, na conduta de transportar drogas, sem autorização legal:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



Em concurso material com o crime de associação para o tráfico, nos moldes do art. 35, caput:

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Muita atenção pois alguns irão se confundir com a majorante do art. 40, V, que apenas se evidencia quando há a *transposição de Estados da Federação ou do DF para outro Estado*.

Gabarito: E

3. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR - Guarda Municipal de 3ª Classe. Ao atuar na verificação de um acidente de trânsito em via urbana, o guarda municipal encontrou junto ao acompanhante do condutor do veículo dois cigarros de maconha. Questionado sobre a situação, o carona alegou ser para consumo próprio. Por transportar essa quantidade de droga para consumo pessoal, ele poderá ser submetido a qual das penas abaixo?

- A) Advertência sobre os efeitos das drogas.
- B) Prestação de serviço militar obrigatório.
- C) Comparecimento a programa educativo durante dois anos.
- D) Proibição de prestar concurso vestibular.
- E) Retenção da Carteira Nacional de Habilitação por seis meses.

Comentário:

Conforme art. 28, são “penas” do crime de uso e porte pessoal:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas
- II - prestação de serviço à comunidade
- III - medida socioeducativa de comparecimento a programa ou curso educativo



Gabarito: A

4. Itame - 2024 - Prefeitura de Palmeiras de Goiás - GO - Profissional de Educação Física. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas:

I. Promover a interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas.

II. Promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos.

III. Viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas.

IV. Priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas.

Está(ão) correta(s):

A) I, II, III e IV.

B) Apenas a I.

C) Apenas a II e III.

D) Apenas I e IV.

Comentário:

De acordo com o art. 8º-D, recém incluído pela Lei nº 13.840/2019, são objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas:



- I - promover a interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas;
- II - viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas;
- III - priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas;
- IV - ampliar as alternativas de inserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas, promovendo programas que priorizem a melhoria de sua escolarização e a qualificação profissional;
- V - promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos;
- VI - estabelecer diretrizes para garantir a efetividade dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas;
- VII - fomentar a criação de serviço de atendimento telefônico com orientações e informações para apoio aos usuários ou dependentes de drogas;
- VIII - articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho, com objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento;
- IX - promover formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo, como forma de promover autonomia ao usuário ou dependente de drogas egresso de tratamento ou acolhimento, observando-se as especificidades regionais;
- X - propor a formulação de políticas públicas que conduzam à efetivação das diretrizes e princípios previstos em lei;
- XI - articular as instâncias de saúde, assistência social e de justiça no enfrentamento ao abuso de drogas;
- XII - promover estudos e avaliação dos resultados das políticas sobre drogas.



Gabarito: A

5. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR - Guarda Municipal de 3ª Classe. A Lei nº 11.343/2006 prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Essa Lei instituiu o(a):

- A) Serviço de Atenção aos Usuários e Dependentes Químicos.
- B) Conselho Intermunicipal de Combate ao Tráfico de Entorpecentes.
- C) Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- D) Estatuto da Regulação Agrícola Produtiva Ilegal.
- E) Polícia Judiciária Especializada Anti-Entorpecentes.

Comentário:

O art. 1º é fundamental na leitura do Estrategista, sendo ele o pilar da finalidade da Lei nº 11.343/06. Segundo ela, *“Esta Lei institui o **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crime”*

Gabarito: C

6. CS-UFG - 2024 - TJ-AC - Analista Judiciário - Direito (Área Administrativa). Nos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), oferecida a denúncia, o(a) juiz(a) ordenará a:

- A) citação do acusado para oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- B) notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.



- C) notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- D) citação do acusado para oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Comentário:

Deve-se atentar para a letra de lei do art. 55, caput:

Art. 55. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias

Gabarito: C

7. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. Acerca das disposições da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), analise as afirmativas abaixo:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial
- II. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas não poderão receber recursos do Funad (Fundo Nacional Antidrogas), por serem instituições privadas
- III. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, não possuem direito aos serviços de atenção à sua saúde do respectivo sistema penitenciário.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III
- B) I e II apenas
- C) II e III apenas
- D) I e III apenas
- E) I apenas



Comentário:

I. Correto. Veja o art. 24:

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

II. Incorreto. É justamente o contrário. Elas *poderão* receber recursos do Funad, estando condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, conforme art. 25, caput.

III. Incorreto. É justamente o contrário. Eles têm garantidos os serviços de atenção à saúde, de acordo com o respectivo sistema penitenciário

Gabarito: E

8. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. A respeito do que dispõe a Lei de Drogas (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006) acerca do tratamento do usuário dependente de drogas, analise as afirmativas abaixo:

I. Nos casos de internação voluntária, seu término dar-se-á, tão somente, por determinação do médico responsável.

II. A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.

III. É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.

IV. Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser informadas, em, no máximo, 5 (cinco) dias, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único, na forma do regulamento desta Lei.

Estão corretas as afirmativas:



- A) I e II apenas
- B) I e IV apenas
- C) II e IV apenas
- D) II e III apenas
- E) III e IV apenas

Comentário:

I. Incorreto. De acordo com o art. 23-A, §4º, II, seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento

II. Correto. Conforme art. 23-A, §5º, III, *perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.*

III. Correto. Conforme art. 23-A, §9º, *É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.*

IV. incorreto. O prazo é de até 72h, e não cinco dias, conforme art. 23-A, §7º

Gabarito: D

9. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.

- A) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante
- B) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas
- C) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto



D) A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente

E) O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal

Comentário:

A) Errado. É sabido que o crime do art. 28 não importa pena privativa de liberdade, e que, por isso, a jurisprudência entende que é vedada a prisão em flagrante delito.

B) Certo. De acordo com o art. 50, *Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.*

C) Certo. De acordo com o art. 51, caput, *O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.*

D) Certo. De acordo com o art. 61, caput, *A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente*

E) Certo. De acordo com o art. 63-B, *O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.*

Gabarito: A

10. CESPE / CEBRASPE - 2024 - PC-PE - Delegado de Polícia. Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas).



- A) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.
- B) É possível a concessão de indulto à pena imposta por condenação relativa ao crime de associação para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes.
- C) Ao agente que pratica o delito de tráfico ilícito de entorpecentes e, em razão da dependência, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, deve ser imposta uma causa de diminuição de pena, de metade a dois terços.
- D) Verificando-se a conduta de posse de entorpecentes, o autor do fato será preso em flagrante, devendo ser encaminhado, em até 24 horas, para a autoridade judicial, a fim de que seja submetido à audiência de custódia.
- E) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, em até 24 horas, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao Ministério Público, em no máximo 48 horas.

Comentário:

A) Certo. De acordo com o art. 41, *O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.*

B) Errado. É vedado, de acordo com o art. 44, o indulto, graça e fiança, nos crimes previstos no art. 33, *caput*, e §1º, além daqueles previstos dos arts. 34 a 37. Muito cuidado, no entanto pois o STF, por meio de decisão em HC 104.339/SP, entendeu pela inconstitucionalidade da vedação à liberdade provisória, prevista no art. 44, *caput* da 11.343/06, assim como já havia entendido que é inconstitucional a vedação conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, conforme HC 97.256/RS

C) Errado. Nas condições do agente ser inteiramente incapaz na época dos fatos, em razão da dependência química, ou por caso fortuito ou força maior, ele será isento de pena, conforme art. 45, *caput*.



D) Errado. Deixa a entender o examinador que se trata da conduta do art. 28, de porte para consumo pessoal de droga. Neste caso, importante lembrar que se não existe pena privativa de liberdade para o crime em questão, imagina se existiria prisão em flagrante? Sendo assim, não há que se falar em audiência de custódia para o crime do art. 28, pelos argumentos anteriormente citados

E) Errado. Conforme art. 50, caput, *Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas*

Gabarito: A

11. IVIN - 2024 - Prefeitura de Curuçá - PA - Guarda Municipal. A respeito do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad), instituído pela Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta:

A) São consideradas drogas qualquer substância ou produto capaz de causar dependência, independentemente de sua especificação em lei ou em lista editada pelo Poder Executivo da União.

B) O Sisnad atuará em subordinação ao SUS e aos Suas.

C) Um dos objetivos do Sisnad é promover a retirada de circulação e reclusão de agentes propagadores do comércio de drogas, de usuários e defensores da legalização do uso.

D) A formulação da Política Nacional sobre Drogas é de competência de cada Município.

E) A coordenação do Sisnad é de competência da União.

Comentário:

A) Errado. Conforme art. 1º, parágrafo único, *"consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União."*

B) Errado. Conforme art. 3º, §2º, ele atuará *em articulação* com o SUS e o SUAS

C) Errado. São objetivos do Sisnad:



- I - contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;
- II - promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;
- III - promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;
- IV - assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades previstas em lei

D) Errado. Compete à União, conforme art. 8º-A, I

E) Certo. Conforme a previsão do art. 8º-A, III

Gabarito: E

12. IDECAN - 2024 - Prefeitura de João Pessoa - PB - Guarda Civil Municipal. De acordo com a Lei nº 11.343/2.006 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta.

- A) Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga tem pena cominada de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.
- B) As penas previstas para quem tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização, serão exclusivamente aplicadas cumulativamente, ouvidos o Ministério Público e o defensor.
- C) Para garantia do cumprimento das medidas educativas, a que injustificadamente se recuse o agente, deverá o Ministério Público submetê-lo, sucessivamente a admoestação verbal e multa.
- D) Prescrevem em oito anos a imposição e a execução das penas, no tocante à interrupção do prazo.

Comentário:

A) Certo. Conforme art. 33, §2º:



Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

B) Errado. Conforme art. 28, caput, *As penas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.*

C) Errado. Não compete ao MP, mas sim ao juiz, que poderá, sucessivamente, além da admoestação verbal, submeter o agente ao pagamento de multa.

D) Errado. Prescreve em dois anos a imposição e a execução das penas relativas ao crime do art. 28

Gabarito: A

13. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Bagé - RS - Guarda Civil. Um guarda municipal abordou uma pessoa em praça pública por perceber que seu comportamento estava incomum. Na ocasião, foi constatado que ela estava de posse de aproximadamente 100 gramas de maconha. Essa pessoa foi conduzida para a Delegacia de Polícia, onde alegou que a droga era apenas para seu consumo pessoal. A quais penas ela pode ser submetida, considerando que era primária nessa situação e não tinha autorização ou determinação legal para transportar a droga?

A) Prisão imediata, advertência sobre os efeitos das drogas e cárcere privado.

B) Prestação de serviços à comunidade, detenção sumária e medida educativa em programa educativo.

C) Advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa em programa educativo.

D) Medida educativa em programa educativo, multa e admoestação verbal.

E) Advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e multa inalienável.

Comentário:



De acordo com o art. 28, são penas previstas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Gabarito: C

14. FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP). Nos termos da vigente Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a afirmativa correta.

A) Não configura conduta típica o plantio de vegetais dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, desde que exclusivamente para fins medicinais ou científicos.

B) Não é punível o ato de oferecer droga a terceiro para consumo doméstico conjunto, desde que eventualmente, em pequena quantidade e sem objetivo de lucro.

C) O porte desautorizado de drogas em pequena quantidade para uso pessoal não é crime equiparado a hediondo, exceto se houver suspeita de envolvimento do agente com organização criminosa.

D) Consideram-se drogas as substâncias capazes de causar dependência, assim exclusivamente especificadas em lei ou mesmo em listas editadas pelo Poder Executivo da União Federal.

E) O porte desautorizado de drogas para uso pessoal é punível criminalmente com advertência sobre os efeitos das drogas, prisão simples e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Comentário:

A) Errado. Segundo os argumentos apresentados, e que justificariam o erro, é que a alternativa

deixou de mencionar que não basta serem apenas para fins medicinais ou científicos, se o plantio não for feito em local e prazo determinado, mediante fiscalização. Ou seja, a FGV sempre quer ter em suas provas uma pegadinha maldosa!



B) Errado. O tipo penal do art. 33, §3º não distingue a quantidade da droga, mas sim o compartilhamento dela. Isso porque atinge a incolumidade de outras pessoas, que não apenas do usuário portador dela.

C) Errado. O art. 28 dispõe sobre o crime de porte para uso pessoal, que não se correlaciona ao crime de tráfico de drogas, e que de forma alguma poderá ser equiparado ao crime hediondo, já que, incluindo outros motivos, não apresenta lesividade suficiente a ponto de até não possuir pena privativa de liberdade em seu preceito secundário

D) Certo. Conforme, art. 1º, parágrafo único, *consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.*

E) Errado. De acordo com o art. 28, são penas previstas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Gabarito: D

15. ICECE - 2024 - Prefeitura de Aratuba - CE - Guarda Municipal. Assinale a opção que constitui um dos princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

A) Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.

B) Contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável.

C) Promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade, desconsiderando a participação social nas atividades do SISNAD.

D) Respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.

Comentário:



De acordo com o art. 4º, *São princípios do Sisnad:*

- I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;
- II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;
- III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;
- IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;
- V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;
- VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;
- VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;
- VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;
- IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;
- X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;
- XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Quais são os objetivos centrais da Lei nº 11.343/2006 e como ela define "drogas"?
2. O que é o Sisnad e como ele se articula com outros sistemas públicos?
3. Cite três princípios do Sisnad estabelecidos na Lei nº 11.343/2006.
4. Quais são os objetivos das atividades de atenção e reinserção social previstas na Lei de Drogas?
5. Como se dá o tratamento jurídico ao usuário de drogas conforme o art. 28 da Lei nº 11.343/2006?
6. Qual a finalidade do laudo de constatação e quem pode emití-lo?



7. Em que prazo deve ocorrer a destruição de drogas apreendidas sem prisão em flagrante?
8. Quais os prazos para a conclusão do inquérito policial na Lei de Drogas e sua possibilidade de prorrogação?
9. Em que casos a Lei de Drogas permite infiltração de agentes e não atuação policial?
10. O réu condenado por tráfico pode apelar em liberdade?
11. Quais são as medidas aplicáveis a quem adquire ou transporta drogas para consumo pessoal, segundo o art. 28 da Lei nº 11.343/2006?
12. O que o juiz deve considerar para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal?
13. Em que situações as penas do art. 28 podem ser aplicadas por até 10 meses?
14. Qual a sanção aplicada ao agente que se recusar injustificadamente a cumprir medidas educativas do art. 28?
15. Qual o valor mínimo e máximo da multa aplicada como medida educativa segundo o art. 29?
16. Qual o prazo prescricional para a imposição e a execução das penas do art. 28?
17. Quais os elementos necessários para que o cultivo de planta seja considerado tráfico e não consumo pessoal?
18. O que configura o crime de associação para o tráfico previsto no art. 35 da Lei de Drogas?
19. Como o juiz fixa a pena de multa nos crimes da Lei nº 11.343/2006?
20. O que ocorre se o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato por estar sob efeito de droga?

Perguntas com respostas

1. Quais são os objetivos centrais da Lei nº 11.343/2006 e como ela define "drogas"?

A Lei nº 11.343/2006 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e tem por objetivos principais: prevenir o uso indevido, promover atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além de reprimir a produção e o tráfico ilícito de drogas. Define como drogas as substâncias ou produtos capazes de causar dependência, especificadas em lei ou relacionadas em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.



2. O que é o Sisnad e como ele se articula com outros sistemas públicos?

O Sisnad é o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos para articular e coordenar políticas públicas sobre drogas. Atua em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo ações integradas de prevenção, atenção, reinserção social e repressão ao tráfico e à produção ilícita de drogas.

3. Cite três princípios do Sisnad estabelecidos na Lei nº 11.343/2006.

Três dos princípios do Sisnad são: (i) o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; (ii) a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade; (iii) a observância do equilíbrio entre ações de prevenção, atenção, reinserção social e repressão.

4. Quais são os objetivos das atividades de atenção e reinserção social previstas na Lei de Drogas?

Visam à melhoria da qualidade de vida do usuário ou dependente de drogas e seus familiares, à redução dos riscos e danos associados ao uso de drogas e à sua integração ou reintegração em redes sociais, observando direitos fundamentais e estratégias específicas conforme suas peculiaridades socioculturais.

5. Como se dá o tratamento jurídico ao usuário de drogas conforme o art. 28 da Lei nº 11.343/2006?

O usuário não é penalizado com prisão, sendo submetido a medidas educativas, como advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso. A prisão em flagrante é vedada, sendo lavrado termo circunstanciado e o autor do fato liberado após compromisso de comparecer em juízo.

6. Qual a finalidade do laudo de constatação e quem pode emití-lo?

O laudo de constatação serve para estabelecer, de forma preliminar, a natureza e quantidade da droga apreendida. Pode ser firmado por perito oficial ou, na ausência deste, por pessoa idônea, sendo suficiente para lavratura do auto de prisão em flagrante.

7. Em que prazo deve ocorrer a destruição de drogas apreendidas sem prisão em flagrante?

A destruição das drogas deve ser feita por incineração no prazo máximo de 30 dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

8. Quais os prazos para a conclusão do inquérito policial na Lei de Drogas e sua possibilidade de prorrogação?



O inquérito deve ser concluído em 30 dias se o indiciado estiver preso e em 90 dias se estiver solto. Esses prazos podem ser duplicados pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial e ouvido o Ministério Público.

9. Em que casos a Lei de Drogas permite infiltração de agentes e não atuação policial?

Nos termos do art. 53, é permitida a infiltração de agentes e a não atuação policial em casos investigatórios de crimes previstos na Lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, com o objetivo de identificar e responsabilizar o maior número possível de integrantes da rede criminoso.

10. O réu condenado por tráfico pode apelar em liberdade?

De acordo com o art. 59 da Lei nº 11.343/2006, o réu condenado por crimes como tráfico (art. 33) não pode apelar em liberdade, salvo se for primário e possuir bons antecedentes, assim reconhecido expressamente na sentença condenatória.

11. Quais são as medidas aplicáveis a quem adquire ou transporta drogas para consumo pessoal, segundo o art. 28 da Lei nº 11.343/2006?

Advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

12. O que o juiz deve considerar para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal?

Deve considerar a natureza e a quantidade da substância, o local e as condições da ação, as circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes do agente.

13. Em que situações as penas do art. 28 podem ser aplicadas por até 10 meses?

Em caso de reincidência do agente na prática da conduta descrita no art. 28.

14. Qual a sanção aplicada ao agente que se recusar injustificadamente a cumprir medidas educativas do art. 28?

O juiz poderá aplicar, sucessivamente, admoestação verbal e multa.

15. Qual o valor mínimo e máximo da multa aplicada como medida educativa segundo o art. 29?

A multa varia de 40 a 100 dias-multa, com valor de cada dia de 1/30 até 3 vezes o valor do maior salário mínimo, conforme a capacidade econômica do agente.

16. Qual o prazo prescricional para a imposição e a execução das penas do art. 28?



Prescrevem em dois anos, conforme o art. 30 da Lei nº 11.343/2006.

17. Quais os elementos necessários para que o cultivo de planta seja considerado tráfico e não consumo pessoal?

Ausência de autorização legal, quantidade incompatível com consumo pessoal, local da ação, condições sociais do agente e outros elementos que evidenciem intuito comercial.

18. O que configura o crime de associação para o tráfico previsto no art. 35 da Lei de Drogas?

A associação de duas ou mais pessoas para praticar reiteradamente, ou não, os crimes dos arts. 33 ou 34 da mesma Lei.

19. Como o juiz fixa a pena de multa nos crimes da Lei nº 11.343/2006?

Com base na quantidade e natureza da substância, na conduta social e na condição econômica do acusado, podendo o valor de cada dia-multa variar de 1/30 até 5 vezes o salário-mínimo.

20. O que ocorre se o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato por estar sob efeito de droga?

É isento de pena, conforme o art. 45. O juiz poderá determinar encaminhamento para tratamento médico adequado.

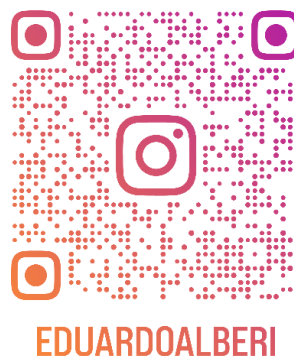
...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



LISTA DE QUESTÕES

1. Instituto Consulplan - 2024 - DPE-PR - Analista da Defensoria Pública - Direito. Sobre a disciplina jurídica dos casos previstos na Lei nº 11.343/2006, que "institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas [...]; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes", assinale a afirmativa correta.

A) Ao autor do fato que, conduzido à Delegacia de Polícia detido na posse de droga ilícita para consumo próprio, não assumir o compromisso de comparecer ao Juizado Especial, será imposta a prisão em flagrante e lavrado o respectivo auto, salvo se pagar fiança ou comprovar a impossibilidade de pagamento pela pobreza.

B) Ao defensor público compete acompanhar a incineração das drogas apreendidas, sem a ocorrência de prisão em flagrante, executada pelo delegado de polícia, na presença do Ministério Público e do Juiz de Direito com competência para o julgamento dos crimes previstos na "Lei de Drogas", devendo opor-se à destruição caso não confeccionado o laudo pericial definitivo.

C) A "fundada suspeita" que autoriza busca pessoal para apreensão de droga ilícita é definida no exercício regular do poder de polícia administrativa (presunção de legitimidade dos atos administrativos), sendo que, havendo a efetiva apreensão da droga em poder da pessoa revistada, todas as provas daí decorrentes ficam automaticamente convalidadas, sem espaço para valoração judicial da prova ou de sua legitimidade.

D) Em qualquer fase da persecução de crimes previstos na "Lei de Drogas", o juiz pode autorizar, ouvido o Ministério Público, a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico, desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

2. FGV - 2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Especialidade - Área Judiciária. Caio e João, maiores e capazes, transportaram dez quilos de cocaína do Município XYZ para o Município ABC, no âmbito do Estado Alfa. Durante o desembarque do material entorpecente, os agentes foram abordados e capturados em flagrante por policiais militares. Após serem informados de todos os direitos constitucionais e legais a que fazem jus e na presença da defesa técnica, Caio e João



confessaram que são membros, há dois anos, de uma associação para o tráfico e que, de fato, estavam transportando as drogas no momento da abordagem pelos agentes da lei.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, Caio e João responderão pela prática dos crimes de:

- A) tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico, ambos com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos;
- B) tráfico de drogas privilegiado, com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos, e associação para o tráfico;
- C) tráfico de drogas, com a incidência da causa de aumento de pena atinente à prática de atos de traficância entre Municípios distintos, e associação para o tráfico;
- D) tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico, sem majorantes;
- E) tráfico de drogas e associação para o tráfico, sem majorantes.

3. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR - Guarda Municipal de 3ª Classe. Ao atuar na verificação de um acidente de trânsito em via urbana, o guarda municipal encontrou junto ao acompanhante do condutor do veículo dois cigarros de maconha. Questionado sobre a situação, o carona alegou ser para consumo próprio. Por transportar essa quantidade de droga para consumo pessoal, ele poderá ser submetido a qual das penas abaixo?

- A) Advertência sobre os efeitos das drogas.
- B) Prestação de serviço militar obrigatório.
- C) Comparecimento a programa educativo durante dois anos.
- D) Proibição de prestar concurso vestibular.
- E) Retenção da Carteira Nacional de Habilitação por seis meses.

4. Itame - 2024 - Prefeitura de Palmeiras de Goiás - GO - Profissional de Educação Física. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de



usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas:

I. Promover a interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas.

II. Promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos.

III. Viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas.

IV. Priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas.

Está(ão) correta(s):

A) I, II, III e IV.

B) Apenas a I.

C) Apenas a II e III.

D) Apenas I e IV.

5. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR - Guarda Municipal de 3ª Classe. A Lei nº 11.343/2006 prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Essa Lei instituiu o(a):

A) Serviço de Atenção aos Usuários e Dependentes Químicos.

B) Conselho Intermunicipal de Combate ao Tráfico de Entorpecentes.

C) Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

D) Estatuto da Regulação Agrícola Produtiva Ilegal.



E) Polícia Judiciária Especializada Anti-Entorpecentes.

6. CS-UFG - 2024 - TJ-AC - Analista Judiciário - Direito (Área Administrativa). Nos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), oferecida a denúncia, o(a) juiz(a) ordenará a:

- A) citação do acusado para oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- B) notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.
- C) notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- D) citação do acusado para oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.

7. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. Acerca das disposições da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), analise as afirmativas abaixo:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial
- II. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas não poderão receber recursos do Funad (Fundo Nacional Antidrogas), por serem instituições privadas
- III. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, não possuem direito aos serviços de atenção à sua saúde do respectivo sistema penitenciário.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III
- B) I e II apenas
- C) II e III apenas
- D) I e III apenas



E) I apenas

8. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. A respeito do que dispõe a Lei de Drogas (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006) acerca do tratamento do usuário dependente de drogas, analise as afirmativas abaixo:

I. Nos casos de internação voluntária, seu término dar-se-á, tão somente, por determinação do médico responsável.

II. A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.

III. É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.

IV. Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser informadas, em, no máximo, 5 (cinco) dias, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único, na forma do regulamento desta Lei.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e II apenas

B) I e IV apenas

C) II e IV apenas

D) II e III apenas

E) III e IV apenas

9. IBFC - 2024 - Prefeitura de Manaus - AM - Técnico Municipal I - Guarda Municipal. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.



- A) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante
- B) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas
- C) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto
- D) A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente
- E) O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal

10. CESPE / CEBRASPE - 2024 - PC-PE - Delegado de Polícia. Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas).

- A) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.
- B) É possível a concessão de indulto à pena imposta por condenação relativa ao crime de associação para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes.
- C) Ao agente que pratica o delito de tráfico ilícito de entorpecentes e, em razão da dependência, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, deve ser imposta uma causa de diminuição de pena, de metade a dois terços.



D) Verificando-se a conduta de posse de entorpecentes, o autor do fato será preso em flagrante, devendo ser encaminhado, em até 24 horas, para a autoridade judicial, a fim de que seja submetido à audiência de custódia.

E) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, em até 24 horas, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao Ministério Público, em no máximo 48 horas.

11. IVIN - 2024 - Prefeitura de Curuçá - PA - Guarda Municipal. A respeito do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad), instituído pela Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta:

A) São consideradas drogas qualquer substância ou produto capaz de causar dependência, independentemente de sua especificação em lei ou em lista editada pelo Poder Executivo da União.

B) O Sisnad atuará em subordinação ao SUS e aos Suas.

C) Um dos objetivos do Sisnad é promover a retirada de circulação e reclusão de agentes propagadores do comércio de drogas, de usuários e defensores da legalização do uso.

D) A formulação da Política Nacional sobre Drogas é de competência de cada Município.

E) A coordenação do Sisnad é de competência da União.

12. IDECAN - 2024 - Prefeitura de João Pessoa - PB - Guarda Civil Municipal. De acordo com a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta.

A) Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga tem pena cominada de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

B) As penas previstas para quem tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização, serão exclusivamente aplicadas cumulativamente, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

C) Para garantia do cumprimento das medidas educativas, a que injustificadamente se recuse o agente, deverá o Ministério Público submetê-lo, sucessivamente a admoestação verbal e multa.



D) Prescrevem em oito anos a imposição e a execução das penas, no tocante à interrupção do prazo.

13. FUNDATEC - 2024 - Prefeitura de Bagé - RS - Guarda Civil. Um guarda municipal abordou uma pessoa em praça pública por perceber que seu comportamento estava incomum. Na ocasião, foi constatado que ela estava de posse de aproximadamente 100 gramas de maconha. Essa pessoa foi conduzida para a Delegacia de Polícia, onde alegou que a droga era apenas para seu consumo pessoal. A quais penas ela pode ser submetida, considerando que era primária nessa situação e não tinha autorização ou determinação legal para transportar a droga?

A) Prisão imediata, advertência sobre os efeitos das drogas e cárcere privado.

B) Prestação de serviços à comunidade, detenção sumária e medida educativa em programa educativo.

C) Advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa em programa educativo.

D) Medida educativa em programa educativo, multa e admoestação verbal.

E) Advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e multa inalienável.

14. FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP). Nos termos da vigente Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a afirmativa correta.

A) Não configura conduta típica o plantio de vegetais dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, desde que exclusivamente para fins medicinais ou científicos.

B) Não é punível o ato de oferecer droga a terceiro para consumo doméstico conjunto, desde que eventualmente, em pequena quantidade e sem objetivo de lucro.

C) O porte desautorizado de drogas em pequena quantidade para uso pessoal não é crime equiparado a hediondo, exceto se houver suspeita de envolvimento do agente com organização criminosa.



D) Consideram-se drogas as substâncias capazes de causar dependência, assim exclusivamente especificadas em lei ou mesmo em listas editadas pelo Poder Executivo da União Federal.

E) O porte desautorizado de drogas para uso pessoal é punível criminalmente com advertência sobre os efeitos das drogas, prisão simples e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

15. ICECE - 2024 - Prefeitura de Aratuba - CE - Guarda Municipal. Assinale a opção que constitui um dos princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

A) Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.

B) Contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável.

C) Promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade, desconsiderando a participação social nas atividades do SISNAD.

D) Respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.



GABARITO



1. D	2. E	3. A	4. A	5. C
6. C	7. E	8. D	9. A	10. A
11.E	12. A	13. C	14. D	15. D



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.